

Mem Martins, 22 de Junho de 2010

Exmo. Senhor Presidente,

Desde 2006, a capacidade de produção nacional de painéis solares fotovoltaicos, indústria classificável como de média-alta tecnologia, cresceu mais de 10 vezes, de 17 para 175 MW, representando um investimento privado de cerca de 100 MEUR.

A partir de 2008, com a publicação do Decreto-lei (DL) 363/2007, referente ao Regime de Incentivos à Microgeração Renováveis na Hora, foram criadas as condições para a emergência de mais de 1000 empresas operando no sector, distribuídas no país, dedicadas à integração e instalação de sistemas. Estima-se que neste universo, entre 15 a 30% correspondam a novas empresas, enquanto o volume de negócios das empresas nacionais, em menos de 2 anos de implementação das Renováveis na Hora, ultrapassa os 100 MEUR.

Assiste-se a partir desse momento, a uma diminuição dos custos de investimento no solar fotovoltaico, apontando-se que em 5 anos, o custo de produção de 1 kWh a partir da tecnologia solar fotovoltaica seja equivalente ao custo de compra desse mesmo kWh, a um qualquer comercializador de energia eléctrica (EDP ou outro).

Se hoje, se produzir electricidade a partir de solar fotovoltaico custa em média 0,25€/ kWh, em 2015 custará para os consumidores industriais 0,12€/ kWh e para os consumidores domésticos cerca de 0,15€/ kWh.

Significa isto que, dentro de 5 anos esta tecnologia vai competir de igual para igual com a energia da rede. Com uma enorme vantagem, é que se produzida de forma descentralizada e integrada em edifícios, evitará as perdas entre 10 e 15 por cento no transporte da energia.

Estima-se que o sector seja actualmente responsável pela criação e manutenção de mais de 3000 postos de trabalho, resultante quer do reforço de capital humano de empresas existentes à data da entrada em vigor do DL 363/2007, quer da criação de novas empresas. Estima-se igualmente que a abertura do mercado solar fotovoltaico tenha permitido a manutenção de postos de trabalho em empresas tradicionalmente afectas a outros sectores e que enfrentam actualmente uma forte recessão económica, como sejam as empresas que realizam instalações ditas especiais em edifícios (e.g. instaladores de sistemas de AVAC).

A Alemanha, com pouco mais de metade das horas de sol em relação a Portugal, tem hoje mais potência instalada em solar fotovoltaico que toda a Europa. Esta aposta, com mais de 15 anos, transformou os alemães, em líderes do mercado mundial da tecnologia solar fotovoltaica.

A estratégia do Governo para a energia, só peca por ser tardia. É este o caminho a seguir. Passarmos de 150 MW para 1500MW em 10 anos, conforme prevê o Programa do Governo é um passo que já devia ter sido dado há 15 anos.

A dinâmica criada em 2009 com a Medida Solar Térmico (MST) teve o mérito de colocar a Energia Solar nos planos dos Portugueses, mas também de gerar iniciativa nas Pequenas e Médias Empresas (PME) dedicadas às instalações térmicas.

As instalações de colectores solares térmicos passaram a ser uma área de negócio, para centenas de empresas fornecedoras e cerca de 1500 empresas instaladoras, das quais 85% com cerca de 10 colaboradores e 5700 técnicos com CAP, hoje em dia a trabalhar com áreas mais tradicionais e consolidadas como o ar condicionado e o aquecimento central.

A legislação em vigor veio dinamizar a instalação de colectores nas novas edificações, alargando o âmbito de trabalho dos instaladores entretanto formados com CAP solar.

Os fabricantes e importadores presentes no mercado, que no seu conjunto completam o tecido de empresas do sector que conta com mais de 10.000 colaboradores e cerca de 300 milhões de euros de volume de negócios, tiveram durante o ano de 2009 uma capacidade de reacção face às varáveis introduzidas pela MST que não pode deixar de ser levada em linha de conta para anos e acções futuras.

Sem ajuda governamental, 2010 estagnar-se-á no número de m² instalados, ficando Portugal aquém dos 200.000 m² inscritos no PNAE.

Podemos contar 60.000 m² remanescente da MST 2009, podemos contar com 40.000 m² do cumprimento do RCCTE. Há que adicionar os 20.000 m² das IPSS. Falta adicionar a estes 120.000 m² esperados para 2010, as instalações originadas pelos instaladores e restantes agentes de mercado, mas que não serão claramente 80.000 m² sem ajuda governamental.

O Governo deve assim primar no apelo às famílias em apostar na eficiência energética, continuando com incentivos à instalação de energia solar fotovoltaica e térmica, podendo paralelamente ajudar no desenvolvimento económico e social de Portugal.

Com os mais prezados cumprimentos,

Carlos Campos

(Presidente da Direcção)

Grupo de trabalho Solar Térmico	APISOLAR
Solar / Térmico – Directiva 202020	Data 03/05/2010

Objectivo:

Análise da directiva 202020, PNAE e documento REPAP e propostas de medida para a concretização do objectivo nelas propostos – a instalação de 2.000 a 2.500 mil m² até ao ano de 2020

Enquadramento:

Os actuais documentos oficiais e já citados, têm um objectivo ambicioso e de grande relevo para efeitos económicos, sociais e ambientais no nosso país.

Na prossecução deste objectivo o actual Governo de Portugal, no seu programa energético, várias vezes referencia a necessidade para Portugal atingir o objectivo, causando a nosso favor três efeitos fulcrais: i. Diminuir a nossa dependência das energias fósseis; ii. Melhorar o meio ambiente; iii. Diminuir a factura do custo energético do consumidor.

De facto, são três aspectos essenciais e com grande relevância para a melhoria da eficiência energética no país.

Actual Situação:

No ano de 2009, a MST, empreendida pelo Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, levou a que o mercado solar térmico em Portugal tivesse um desenvolvimento excelente na área instalada.

O total da área instalada atingiu no ano de 2009, aproximadamente, 190.000m². Para este excelente resultado em muito contribuiu a MST, ficando os ganhos de eficiência energética em linha com o PNAEE.

As indústrias do sector também foram preponderantes para a prossecução do objectivo então apontado pela MST, efectuando uma forte dinamização no mercado, quer pela divulgação da medida (ao par da divulgação do poder central), quer pela capacidade de resposta dada à elevada procura. Para tal, esta tiveram de efectuar investimentos, tais como:

- Aumento do quadro de pessoal
- Formação ao pessoal;
- Aquisição de material de apoio, como ferramentas, meios de elevação, aumento de frota automóvel, etc.

Com todos os intervenientes na medida a “lutarem” pela mesma causa, foi conseguido o objectivo então proposto.

Claro que o início deste ano tem sido ajudado pela não conclusão de todas as instalações contratadas no ano anterior, derivado sobretudo do mau tempo para a sua realização. Estima-se que passaram para o presente ano cerca de 110.000m² e se finalize em Maio as instalações contratadas até 31/12/2009.

Para o presente ano e tendo em conta a situação das famílias, o fim do benefício estatal na aquisição do sistema solar, mantendo-se o benefício fiscal em IRS, o mercado,

apesar da dinâmica empreendida no ano anterior, apenas ficará pelas 40 a 60 mil m² de área instalada, que será sobretudo para cumprimento do RCCTE. Estima-se que o mercado de reconversão tenha valores insignificantes.

Tal situação, que julgamos ser muito realista, pois só irá abranger as novas edificações, será penalizante para todos:

1.º Não serão atingidos os objectivos proposto pelo PNAEE;

2.º As empresas que efectuaram investimentos, com meios materiais e humanos terão de efectuar rectificações, pois facilmente se tornam inviáveis economicamente, sendo que os meios humanos serão os primeiros a ter essas consequências.

Objectivos Ano 2020 e crescimento sustentável do mercado Solar

Pressupostos:

* Pretende a Directiva e o PNAEE a instalação total até ao ano 2020 de 2 000.000 a 2.500.000m²;

* Pretende o programa do Portugal Eficiência 2015 que 1 em cada 15 edifícios tenha água quente solar;

* Atendendo a estes pressuposto, significa que tenhamos em termos médios de instalar cerca de 200 a 250 mil m² em cada ano, para atingirmos os objectivos;

* A capacidade de instalação e as condições geográficas de Portugal para o mercado de energia solar, garantem um futuro promissor para o mercado solar.

* A plena convicção de que o mercado no presente ano não irá atingir o objectivo propostos pela PNAEE;

* A plena convicção que o mercado solar irá descer em termos de volume de negócios e os intervenientes, sobretudo os instaladores, terão de reajustar as estruturas e terá a consequente questão social dos despedimentos;

Assim, propomos:

- Criação de um programa que torne sustentável as economias das empresas ligadas a este sector de actividade;
- Motivação dos consumidores / utilizadores que torne atractiva a sua instalação.

Para conjugar estes dois pontos, julgamos conveniente a criação de um atractivo fiscal aos consumidores / utilizadores. Este pode ser pela forma de subsídio directo, em condições a determinar, e/ou pela via da declaração de rendimentos por um determinado número de anos.

Acresce ainda outro apoio e de relevância elevada, o apoio financeiro para a concretização da instalação aos consumidores / utilizadores, com limitações de taxas de juro, à imagem do financiamento verificado na MST de 2009.

Conclusões:

É entendimento desta Associação que:

> A MST 2009 foi a alavanca para o mercado solar em Portugal;

> A quebra abrupta do subsídio Estatal é desmotivadora para o sector, nomeadamente para o consumidor / utilizador e que causara asfixia no mercado, pois o mercado de reconversão continua à espera de novas medidas de apoio estatal;

> As empresas ligadas ao sector (produtores, distribuidores e instaladores) não conseguem fazer planificações económicas e financeiras a MLP que sustente os seus empreendimentos, devido a esta incerteza de apoios Estatais;

Para tal é premente que:

- O sector, em conjunto com os órgãos estatais, delineiem uma estratégia a MLP, para se alcançar os objectivos propostos da Directiva 2002/93/CE e PNAEE;
- Se apoie em forma de subsidio directo ou indirecto o consumidor / utilizador;
- Se criem linhas de credito para a instalação de sistemas solares térmicos, para o mercado de reconversão.

Esta conjugação de factores levará à alavancagem total do sector, podendo empreender a dinâmica para que os objectivos de instalação de 200 a 250mil m² ano até 2020 sejam conseguidos.